

**ATA DA DECIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011**

1 Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, realizou-se no Anfiteatro
2 da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, a partir das oito horas e trinta minutos, a Décima
3 Terceira Reunião Ordinária de 2011 do Conselho Municipal de Saúde de Indaiatuba, para a
4 prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente aos meses de julho, agosto
5 e setembro de 2011, conforme convocação feita aos conselheiros. **1. Abertura e**
6 **verificação do quórum:** Após a verificação do quórum, o conselheiro Charlton Heston
7 Teixeira Bressane, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Indaiatuba, deu início à
8 reunião, agradecendo a presença de todos e convidando a mim, Maria Inês Toledo de
9 Azevedo Carvalho, relatora, a lavrar a presente ata. **2. Aprovação da Ata da 7ª R.O. da**
10 **Comissão Fiscal do Conselho Municipal de Saúde realizada em 19 de julho de**
11 **2011:** dando início à reunião, o Sr. Charlton informou que houve esforço conjunto da
12 comissão fiscal para apresentar todas as atas das últimas reuniões realizadas, tendo em
13 vista a extensão dos assuntos analisados. Dando prosseguimento, o Sr. Charlton indagou
14 aos conselheiros presentes se haviam recebido e lido a ata, tendo obtido resposta afirmativa
15 de todos. Indagou em seguida se havia alguma observação a ser feita relativa à mesma,
16 não havendo manifestação. Colocada em votação a mesma foi aprovada por todos os
17 conselheiros titulares presentes. **3. Aprovação da Ata da 8ª R.O. da Comissão Fiscal**
18 **do Conselho Municipal de Saúde realizada em 24 de agosto de 2011:** O Sr. Charlton
19 indagou aos conselheiros presentes se haviam recebido e lido a ata, tendo obtido resposta
20 positiva de todos. Indagou em seguida se havia alguma observação a ser feita relativa à
21 mesma, não havendo manifestação. Colocada em votação a mesma foi aprovada por todos
22 os conselheiros titulares presentes. **4. Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária da**
23 **Comissão Fiscal do Conselho Municipal de Saúde realizada em 29 de agosto de**
24 **2011:** O Sr. Charlton indagou aos conselheiros presentes se haviam recebido e lido a ata,
25 tendo obtido resposta positiva de todos. Indagou em seguida se havia alguma observação a
26 ser feita. A Conselheira Daniela Pellizzari solicitou que se registrasse em ata que ainda
27 existem assuntos pendentes como o mencionado na linha 48 referente aos ***Processos nº***
28 ***7173/2 – FIEC - R\$ 22.266,92 e 7173/3 – FIEC - R\$ 12.901,25 – onde foi solicitado***
29 ***para a Sra. Ângela Beccari que apresente a relação detalhada de cada ordem de***
30 ***pagamento,*** entre outras. Salientou ainda que a Secretaria de Saúde tem demorado muito
31 em atender aos pedidos de esclarecimentos dos processos analisados. O conselheiro
32 Frederico T. Engelmann sugeriu uma reunião extraordinária para concluir as pendências. O
33 Sr. Charlton lembrou a todos que a aprovação das atas não significa que os assuntos
34 pendentes não possam mais ser questionados. **5. Aprovação da Ata da 9ª R.O. da**
35 **Comissão Fiscal do Conselho Municipal de Saúde realizada em 26 de setembro de**
36 **2011:** Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Medeiros questionou porque no dia 22 de setembro
37 somente alguns membros da comissão fiscal haviam se reunido com os secretários da
38 administração, dos negócios jurídicos e secretário geral do município. O Sr. Charlton
39 respondeu que a Sra. Kelly, no dia 19 de setembro, havia solicitado uma reunião
40 extraordinária da comissão fiscal para o dia 22 do mesmo mês. Tal reunião seria uma
41 solicitação do Secretário Geral do Município, Sr. Samir Maurício de Andrade, para
42 esclarecimentos sobre o processo referente ao reajuste de aluguel do prédio do
43 almoxarifado, em análise pela comissão. Entretanto, a maioria dos conselheiros não
44 poderiam comparecer devido a compromissos pessoais previamente agendados. E assim a
45 reunião extraordinária não pôde ser realizada. A assessora da secretaria de saúde, Graziela
46 D. Garcia, no dia 22 de setembro, entrou em contato com o presidente do conselho e pediu
47 para que pelo menos alguns conselheiros fossem ao encontro dos secretários citados para
48 ouvi-los. E compareceram as conselheiras Kelly Pazini, Maria Lúcia Feitosa de Lima e Maria
49 Inês Toledo de A. Carvalho; os conselheiros Valdir de Carvalho e Charlton Heston T.

50 Bressane; e a assessora Graziela Garcia. O Sr. Charlton ressaltou que nem todos os
51 conselheiros podem dispor de tempo para reuniões em horário comercial, pois a maioria
52 trabalha. Enfatizou que a obrigação do conselheiro é comparecer às reuniões plenárias e
53 das comissões de que faça parte. Afirmou que o que se lê na Ata de Nona Reunião Ordinária
54 da Comissão fiscal é o relato do que ouviu dos secretários no encontro. Após o
55 esclarecimento, a ata foi colocada em votação e aprovada pelos conselheiros presentes. **6.**
56 **Aprovação da Ata da 10ª R.O. da Comissão Fiscal realizada em 18 de outubro de**
57 **2011** – A Ata foi distribuída aos conselheiros e seria objeto da análise e discussão nesta
58 reunião. O Sr. Charlton iniciou a leitura acompanhando a projeção em data-show das contas
59 e processos analisados pela comissão fiscal, assim descritos: **“Balancete das Despesas**
60 **referentes ao mês de setembro de 2011:** A Sra. Neusa Maria Bredariol, diretora do
61 Departamento financeiro da Secretaria de Saúde, enviou por correio eletrônico, a todos os
62 conselheiros da Comissão, o balancete referente ao mês de setembro. O coordenador da
63 Comissão Fiscal, Sr. Frederico Tertuliano Engelmann, fez um breve resumo descrevendo o
64 valor total de despesas de **R\$17.884.273,99**, que estão assim distribuídos: Total Geral de
65 Despesas Orçamentárias de **R\$7.974.124,29**; Total de Despesas Extra Orçamentárias
66 (restos a pagar de 2010) de **R\$136.772,68** e Saldo Financeiro para o mês seguinte de
67 **R\$9.773.427,02**. Do total de despesas orçamentárias, 40,74%, ou seja, **R\$3.248.274,25**
68 referem-se à folha de pagamentos, cujo teor apresentado para análise refere-se ao relatório
69 resumido. O Sr. Frederico informou que, em reunião realizada em 04 de outubro de 2011,
70 juntamente com a Sra. Graziela D. B. Garcia e Sra. Neusa Maria Bredariol, solicitou ao Sr.
71 Reinaldo Affonso de Araújo, diretor de Recursos Humanos, a apresentação de um relatório
72 consolidado por unidade de saúde que permita uma melhor análise por parte dos
73 conselheiros. Também foi enviado pelo departamento financeiro da Secretaria de Saúde o
74 consolidado do balancete de despesas referente aos meses de janeiro a setembro de 2011
75 no valor de **R\$79.852.589,74**, assim distribuídos: Total Geral das Despesas Orçamentárias
76 de **R\$63.785.977,80**; Total de Despesas Extra Orçamentárias (restos a pagar de 2010) de
77 **R\$6.293.184,92**; e Saldo Financeiro para o mês seguinte de **R\$9.773.427,02**. **Balancete**
78 **das Receitas referentes ao mês de setembro de 2011:** O consolidado de Total de
79 Receitas de janeiro a setembro de 2011 soma **R\$79.852.589,74**, assim distribuídos: Total
80 Geral de Receitas de **R\$71.242.400,14** e Saldo Financeiro do Exercício Anterior de
81 **R\$8.610.189,60**. **Análise dos processos administrativos:** O Sr. Frederico solicitou
82 informações sobre a compra de medicamentos da Farmácia Magnusson, que tem se
83 repetido com frequência. A Sra. Graziela convidou a Sra. Rosana Rodrigues, coordenadora
84 da assistência farmacêutica, e o Sr. Edenírson Curti Vacilotto, responsável pelos processos
85 administrativos, para sanar as dúvidas. A Sra. Rosana informou que os medicamentos
86 fornecidos através de processos administrativos e liminares judiciais são adquiridos, através
87 de Ata de Registro de Preços, da Farmácia Magnusson, vencedora do pregão presencial com
88 contrato por um ano. O Sr. Edenírson informou que os pregões são realizados pela
89 secretaria de administração, precedidos de editais publicados no Diário Oficial do município,
90 com antecedência de aproximadamente trinta dias. O Sr. Valdir observou que as
91 justificativas descritas nos processos devem ser mais detalhadas, conforme orientação
92 recebida no curso SaberSUS. A Sra. Rosana explicou que dentro do formulário a descrição
93 deve ser colocada no item FINALIDADE, porém o espaço é restrito. Explicou ainda que a
94 secretaria de saúde somente solicita as realizações das compras para a secretaria de
95 administração, que define também as publicações. **Conselheiro Marco Antônio Barroca:**
96 **Processo 14617/1 - Júpiter Dist. de Prod. e Equip. Hospital. Ltda. EPP -**
97 **R\$1.450,00** – refere-se à compra de mil unidades de fita crepe para uso nos
98 procedimentos das unidades de saúde. **Processo 20399/1 - Cirúrgica União Ltda. - R\$**
99 **1.620,00** – refere-se à compra de luvas cirúrgicas para uso nas unidades de saúde.
100 **Processo 13621/2 - Junque Peças e Serviços Odont. M. Hospitalar Ltda. - R\$**
101 **5.165,00** – refere-se à manutenção de equipamentos radiológicos das unidades de saúde.
102 **Processo 20465/1 - Medis Comercial Odonto Médica Ltda.- EPP - R\$5.144,40** –
103 refere-se à compra de material odontológico. **Processo 27113/1 - Farmácia Magnusson**
104 **Ltda. - R\$ 22.800,00** - refere-se à compra de medicamentos de A a Z. **Processo**
105 **24819/1 857 - Greiner Bio One Brasil Prod. Médico Hosp. Ltda. R\$6.726,00** –

106 refere-se à compra de material para consumo do laboratório de análises clínicas. **Processo**
107 **20573/1 - DentalServ Equipamentos e Serviços Ltda. - R\$1.800,00** – refere-se à
108 manutenção de cadeira odontológica. **Processo 23917/1 - Cirúrgica São José Ltda. -**
109 **R\$ 1.774,50** – refere-se à compra de fórmulas lácteas especiais. **Processo 24809/1 -**
110 **Biogenetix Importação e Exportação Ltda. - R\$ 55.695,15** – refere-se à compra de
111 insumos para laboratório de análises clínicas. **Conselheiro Luiz Fernando Wolf:**
112 **Processos 13652/2 e 10639 - Guima - Conseco Construção Serviços E Com. Ltda.**
113 **R\$115.301,57** – refere-se à parte de pagamento de empenho para serviços de limpeza.
114 **Processos 27377/1 e 17557 - Valdeir Nascimento De Oliveira – R\$2.300,00 e**
115 **R\$1.000,00** – Referem-se à despesas miúdas de pronto pagamento para material de
116 consumo. **Conselheira Daniela Pellizzari: Processos 3955/6 e 20721/2 – Asseplan**
117 **Narezzi – R\$ 9.137,50 – e R\$ 3.655,00, respectivamente** – A conselheira perguntou
118 sobre o motivo do desmembramento do pagamento, A Sra. Neusa Bredariol esclareceu
119 tratar-se de complementação do valor da despesa referente à dotação orçamentária para
120 pagamento do valor mensal do aluguel de R\$ 12.792,50. **Processo 27082/1 – Denise**
121 **Elvira Roger Floriano – R\$ 1.500,00** - referente a pagamento de despesas miúdas da
122 central de Ambulâncias. Segundo a Sra. Graziela, tais despesas referem-se à alimentação
123 dos motoristas em viagem. **Processo 24031/1 – Jr de Castro Indaiatuba Me – R\$**
124 **7.918,35** – A conselheira observou que o processo foi pago com dois cheques diferentes,
125 em decorrência da separação do casal (R\$ 3.959,18 para Maria Helena Paes de Castro e R\$
126 3.959,17 para JR de Castro ME). A Sra. Claret informou que a tesoureira Sra. Gracia disse
127 tratar-se de cumprimento de sentença judicial de separação consensual dos sócios da
128 empresa. **Processo 20450/1 – Giometti & Giometti Ltda. – R\$8.976,91** – refere-se à
129 compra de equipamentos odontológicos para uso nas unidades de atenção básica por ata de
130 registro de preço 308/2011. **Processo 23401/1 – In-Dental Produtos Odontológicos –**
131 **R\$ 20.240,00** – refere-se à compra de 8.000 unidades de creme dental infantil para uso
132 na atenção básica. **Processo 23443/1 – Tuiuiu Pesca Náutica e Camping – R\$**
133 **7.756,20** – refere-se à aquisição de caixas térmicas para uso no laboratório de análises
134 para atendimento da lei de biossegurança em substituição às caixas de isopor utilizadas no
135 transporte das amostras coletadas nas UBSs. **Processo 20117/1 – Magil Com. de**
136 **Eletrodomésticos – R\$ 3.560,00** – refere-se à compra de armários e roupeiros de aço
137 para utilização dos CAPS i, II e AD. **Processo 24249/1 – Carmem Bolsas E Presentes**
138 **Ltda. Me – R\$ 180,00** – refere-se à confecção de 15 bolsas tiracolo para utilização da vig.
139 Epidemiológica. **Processo 23637/1 – Nova Opção Viagens E Turismo Ltda. – R\$**
140 **484,94** – refere-se à compra de passagem aérea ida/volta Campinas/ Joinville para
141 paciente e acompanhante em tratamento pós transplante renal através de processo TFD –
142 Tratamento fora de Domicílio. **Processo 24546/1 – Nova Opção Viagens E Turismo**
143 **Ltda. – R\$ 473,87** – fornecimento de passagem aérea ida-volta campinas/Curitiba para
144 paciente e acompanhante em atendimento a processo administrativo 29.644/2009.
145 **Processo 24801/1 – Nova Opção Viagens E Turismo Ltda. – R\$ 725,18** – refere-se à
146 compra de passagem aérea ida/volta Campinas/ Joinville para paciente e acompanhante em
147 consulta de acompanhamento tratamento pós transplante renal com equipe multidisciplinar
148 da fundação Pró Rim, através de processo TFD – Tratamento fora de Domicílio. **Processo**
149 **24808/1 – Nova Opção Viagens E Turismo Ltda. – R\$ 1.003,80** – refere-se a serviço
150 de hospedagem da funcionária Ana Cláudia Cauzo Cavalli para curso de módulo de
151 faturamento do sistema materixdiagnósis, em 05 a 09 de setembro no Hotel Transamérica.
152 **Conselheiro Valdir de Carvalho: Processo 19760/1 - Torino Informática Ltda. -**
153 **R\$10.000,00 e Processo 19762/2 no valor de R\$5.000,00** – referem-se à compra de
154 6 computadores. O conselheiro Valdir observou que os valores encontram-se acima do valor
155 de mercado. Foi justificado tratar-se de item anteriormente licitado através de pregão
156 presencial 74/2010. O conselheiro ressaltou que quando os valores excedem o valor de
157 mercado atual, os mesmos podem ser adquiridos diretamente por preço menor. **Processo**
158 **24810/1 - Aprai- Assoc. Protetora Anim. Indaiatuba - R\$ 4.800,00** – refere-se a
159 pagamento de despesa para atender produção memo-163/11. O conselheiro observou
160 desconhecer a descrição dos materiais e serviços referente à autorização do pagamento,
161 embora esteja declarado que visa atender à lei de responsabilidade fiscal. **Processo**

162 **13561/5 - Vm Assessoria Em Vigilância Sanitária Ltda. Me. - R\$6.624,00** – refere-se
163 à pagamento de prestação de serviços de assessoria técnica em vigilância sanitária.
164 **Processo 23551/1 - A.U.T.I Comércio De Áudio Vídeio Ltda. - R\$ 1.350,00** – refere-se
165 se à compra de projetor digital multimídia para uso do CAPS. **Processo 23460/1 - Daec**
166 **Comercio E Serviços Ltda. – Me - R\$ 69,00** – refere-se à compra de liquidificador para
167 uso no CAPS. **Processo 26892/1 - Seprev - Serviço De Previdência E Assistência**
168 **Social – R\$ 9.183,40** – refere-se a pagamento de exames admissionais dos funcionários
169 da saúde. **Processo 27313/1 - Mm. Juízo Da 3ª Vara De Indaiatuba – R\$ 3.200,00** –
170 refere-se a pagamento de laudo pericial de processo envolvendo a unidade de saúde do
171 Jardim Brasil. **Conselheiro Charlton Bressane; Processo 24246/1 - Emerson A. Muniz**
172 **Prods. Odontológicos - ME - R\$ 6.433,00** – refere-se à compra de material
173 odontológico. **Processo 24819/1 - Greiner Bio One Brasil Prod. M. Hosp. Ltda. -**
174 **R\$6.726,00** – refere-se à compra de material médico hospitalar. **Processo 15.775/09 -**
175 **Asseplan Narezzi** – O Sr. Charlton Bressane relatou que o laudo de avaliação prévia ao
176 contrato de locação não se encontra anexado ao processo. A Sra. Kelly informou que o
177 documento encontra-se no departamento de engenharia. O Sr. Frederico Tertuliano sugeriu
178 que a Comissão aprove esta pendência tão logo a cópia do documento solicitado seja
179 anexada ao processo.” Após a leitura da ata, o Sr. Luiz Fernando de Oliveira Wolf solicitou
180 que fosse acrescentada a sugestão que fizera ao presidente do conselho municipal de saúde
181 de não submeter o processo relativo à locação do Almoarifado à votação, pois estaria
182 aguardando uma consulta que fizera à ouvidoria do Tribunal de Contas da União. Com a
183 palavra, o Sr. Charlton observou que o detalhamento das informações contidas nos
184 processos de pagamentos é fundamental para análise dos membros da comissão fiscal, uma
185 vez que o conselheiro é cidadão comum e requer subsídios para poder exercer a sua função.
186 Observou ainda que, com relação ao reajuste do contrato de aluguel do almoarifado, a Lei
187 nº 8.666/93 permite o reajuste através do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
188 Entretanto, para se verificar o desequilíbrio pleiteado pela locadora, o processo
189 administrativo deveria apresentar o laudo de avaliação prévia. Informou que
190 desconsideraria o laudo ora apresentado pela Sra. Kelly C. Pazzini por não estar assinado
191 pelo perito. E que manteria o voto favorável de aprovação das contas com a ressalva de que
192 o laudo de avaliação prévia devidamente assinado fosse anexado ao processo
193 administrativo. Com a palavra, a Conselheira Maria Lúcia esclareceu a dúvida levantada pelo
194 conselheiro Valdir de Carvalho sobre o **processo 24810/1 - Aprai-Assoc. Protetora**
195 **Anim. Indaiatuba - R\$ 4.800,00**. Informou tratar-se de contrato de convênio com a
196 entidade que executa o serviço de castração de animais no município e que o valor de R\$
197 4.800,00 refere-se ao pagamento com atraso do período dos últimos quatro meses.
198 Observou ainda que o novo contrato de convênio está sendo providenciado. O conselheiro
199 Valdir observou ser defensor do terceiro setor e dos animais, que a entidade é séria, que
200 não colocou em dúvida o trabalho executado, apenas questionou a falta de detalhamento no
201 processo de pagamento. A Sra. Maria Lúcia esclareceu que as despesas apontadas na ata
202 sobre o pagamento realizado para o SEPREV (**Processo nº26892/1 - SEPREV - Serviço**
203 **de Previdência e Assistência Social – R\$. 9.183,40**), não são absorvidas pela autarquia
204 uma vez tratar-se de exames admissionais para funcionários públicos. Indagada se pelo
205 SUS não se realiza estes exames, a conselheira informou que a rede pública não possui
206 profissionais capacitados para cumprir o rigor dos exames exigido em lei. **7. Pendências** –
207 A Sra. Daniela informou que está relacionando as pendências existentes desde novembro de
208 2010 e que a relação será encaminhada para a Sra. Claret para que sejam levantadas e
209 trazidas para análise da comissão fiscal. **8. Discussão e votação:** O conselheiro Luiz
210 Fernando observou que no item referente ao aumento do aluguel do Almoarifado gostaria
211 que fosse registrado que seu parecer é contrário à aprovação uma vez que acredita não
212 estar acontecendo o devido controle social e por estar aguardando resposta à consulta feita
213 à ouvidoria do Tribunal de Contas da União. O Sr. Charlton observou que discorda, que o
214 controle social está sendo exercido e cabe ao plenário decidir. Salientou que pré-
215 julgamentos devem ser evitados. O Sr. Luiz Fernando ressaltou que o caso poderá abrir
216 precedente para que todos os proprietários de imóveis alugados pela Prefeitura solicitem a
217 aplicação do mesmo critério para aumentar o valor de aluguel. A Sra. Maria Lúcia ponderou

218 que a maioria dos conselheiros não possui capacidade técnica para avaliar preço de imóvel e
219 que o Departamento Jurídico deveria ser ouvido. A Sra. Graziela ressaltou que já foram
220 realizadas duas reuniões e que poderão ser marcadas quantas forem necessárias. A Sra.
221 Neusa Bredariol informou que o pagamento é feito através do Fundo Municipal de Saúde,
222 que engloba todos os recursos recebidos, inclusive os municipais. Esclareceu que em
223 Indaiatuba quando se refere à FUNSAU o recurso é próprio do município. Com a palavra, a
224 conselheira Ivonete Nabarrete observou que tudo o que foi dito sobre as verbas que
225 compõe o fundo municipal de saúde ser um só deve ser levado em consideração, mas
226 mesmo que não fosse todos devemos tomar cuidado com o que é gasto em defesa do
227 interesse dos usuários. O Sr. Frederico observou que apesar de não ser técnico, o que
228 chamou a atenção foi o fato de o aumento estar fora do padrão usual, que os demais
229 proprietários de imóveis deverão tomar o mesmo caminho, o que irá onerar os cofres da
230 Prefeitura. Ressaltou que o papel do conselho foi feito e que a reversão ou não do caso
231 está na mão da administração. A conselheira Kelly lembrou que todas as contas são
232 submetidas ao tribunal de contas. Solicitando a palavra, o conselheiro Valdir lembrou que
233 foi ele quem observou o aumento. Iniciando dessa forma a discussão. Observou que a
234 justificativa apresentada pelo Sr. Núncio pode ser válida, mas pode não ser a ideal. Com a
235 palavra, o Sr. Cléber Gomes de Castro, representante da Secretaria de Negócios Jurídicos,
236 ressaltou que o imóvel foi locado para uso da Secretaria de Educação e que a Secretaria de
237 Saúde entrou no imóvel de "carona". Com relação à legalidade, afirmou que não há o que
238 discutir. A Sra. Daniela rebateu, lembrando que a Secretaria de Saúde não entrou de
239 "carona", pois parte do aluguel é pago pela pasta e o contrato é assinado solidariamente
240 entre as secretarias de Saúde e de Educação. Com a palavra, a Sra. Neusa Bredariol sugeriu
241 que todas as dúvidas sejam dirimidas para que a discussão seja encerrada. O Sr. Luiz
242 Carlos Medeiros de Paula ressaltou que a discussão é importante para o plenário. Pois, os
243 demais conselheiros estão conhecendo o assunto e os que se sentirem satisfeitos com as
244 explicações, votem com consciência. O Sr. Charlton observou que o assunto foi levantado e
245 discutido nas reuniões da Comissão Fiscal desde julho deste ano e as atas são
246 encaminhadas para leitura de todos os membros do conselho, que deliberam em plenário. O
247 Sr. Luiz Carlos observou que não participou da reunião na sala da secretaria de
248 administração e poderia ter comparecido, pois dispõe de tempo e recursos para participar
249 das atividades do conselho por pura dedicação. Declarou que não é e nunca será candidato
250 a nenhum cargo eletivo. Com a palavra, a Sra. Graziela observou que, atualmente, todo o
251 trabalho da secretaria de saúde quanto à ocupação de imóveis tem sido discutido com o
252 conselho e que irá continuar assim. Após o encerramento das discussões, O Sr. Charlton
253 colocou a prestação de contas em votação, que foi aprovada com nove votos favoráveis e
254 dois votos contra, com as seguintes observações: o Sr. Luiz Fernando de Oliveira Wolf
255 reiterou seu posicionamento anterior; o Sr. Charlton H.T. Bressane aprovou com a ressalva
256 de que sejam anexados ao processo os laudos de avaliação prévia assinados, com data
257 anterior à assinatura do contrato; a Sra. Daniela votou contra, observando que não irá mais
258 aprovar contas com ressalvas, uma vez que as pendências não estão sendo resolvidas; o
259 Sr. Frederico Engelmann observou que será a última vez em que aprovará as contas com
260 ressalvas; a Sra. Ivonete Nabarrete também fez a mesma observação que o Sr. Frederico.

261 **9. Reunião Extraordinária para deliberação sobre o Regimento Interno do CMS e**
262 **Eleição complementar do segmento dos profissionais e trabalhadores da Saúde:** O
263 Sr. Charlton propôs uma reunião plenária extraordinária no dia 16 de novembro para
264 deliberação sobre as alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.
265 Lembrou que para a aprovação do regimento há necessidade de 2/3 do colegiado.
266 Solicitando o comparecimento de todos. Informou ainda que o Conselho deverá promover
267 eleição complementar para recompor o segmento dos profissionais e trabalhadores da
268 Saúde, que atualmente está desfalcado pelo não comparecimento do suplente, uma vez que
269 a titular pediu afastamento. Reiterou também a necessidade de adequação do Conselho à
270 Resolução 333/03, do Conselho Nacional de Saúde, e à lei municipal 5.877, de 19 de maio
271 de 2011. Afirmou que serão convidadas as organizações que representam o segmento para
272 que indiquem os seus representantes. Lembrou que pessoas que ocupem cargos de
273 coordenação, chefia, assessoramento ou ligados à gestão não poderão representar este

274 segmento, mesmo que façam parte de alguma associação de classe. Sugeriu a data de 18
275 de novembro na sala do conselho. Submetidas ao plenário as propostas foram aprovadas
276 por todos os conselheiros. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr.
277 Charlton H. T. Bressane deu por encerrada a reunião.
278 Ata aprovada na Décima Quinta Reunião Ordinária de 2011 do Conselho Municipal de Saúde
279 realizada em 30 de novembro de 2011.

Indaiatuba, 19 de outubro de 2011

Charlton H.T. Bressane
Presidente

Maria Inês T. de A. Carvalho
Relatora

**LISTA DE PRESENÇA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA
19 DE OUTUBRO DE 2011**

Conselheiros Titulares Presentes

	Antônio Sérgio Giordano	APM	Ausente
1	Charlton Heston Teixeira Bressane	APCD	Presente
2	Daniela Pellizzari	Paróquia Santa Rita	Presente
	Erich Garcia	Sec. Mun. de Saúde	Ausente
3	Frederico Tertuliano Engelmann	Rotary Club	Presente
	Guilherme Correa Jr.	Ass. Renais Crônicos	Ausente
	Hugo Nelson Coggiola	Ass. Recanto C. Viracopos	Ausência Justificada
4	Ivonete Nabarrete da Silva	Ass. A. B. Jd. do Sol	Presente
	José Roberto Destefenni	Sec. Mun. de Saúde	Ausente
5	Kelly Cristina Pazini	Sec. Mun. De Saúde	Presente
6	Luiz Fernando de O. Wolf	Ass. Sempre Amigos	Presente
7	Maria Angélica Wolf Scachetti	APAE	Presente
8	Maria Lúcia Feitosa de Lima	Sec. Mun. de Saúde	Presente
9	Maria Terezinha S. Miqueleti	Paróquia Santo Antonio	Presente
10	Marco Antônio Barroca	HAOC	Presente
11	Valdir de Carvalho	GABRIEL	Presente

Conselheiros Suplentes Presentes

12	Joel Aparecido Mori	Educandário Deus e Natureza
13	Maria Inês Toledo de Azevedo Carvalho	GABRIEL
14	José Maria Cruz Lima	SANFLI
15	Luiz Carlos Medeiros de Paula	Ass. Sempre Amigos

Convidados Presentes

16	Jean Martins	Jornal Tribuna de Indaiá
17	Eduardo Turati	Jornal Tribuna de Indaiá
18	Deuzeni Cepolini	Imprensa – PMI
19	Luciana Bueno Pimentel	Ouvidoria – SMS
20	Mário Rodrigues Ramos	Usuário
21	Graziela D. B. Garcia	SMS
22	Cléber Gomes de Castro	SENEJ – Procuradoria
23	Claret Tocaceli Nery	CMS